

Movimentos no tempo em textualizações: narrativas da Globo sobre campos de concentração

Daniel Macêdo

Resumo:

Os campos de concentração experienciados em 1932 no Ceará são (re)montados pela Rede Globo em reportagens veiculadas em 1996, no *Fantástico*, e em 2019, no *Jornal Nacional*. Além das narrativas articuladas sob diferentes contextos, as produções envolvem distintas relações com o tempo. Para observar essas vinculações, as experiências com as reportagens orientaram-se por experimentações a partir dos estudos em textualidades a fim de visualizar e discutir os envolvimento com temporalidades que se dão em meio ao processo de textualizar reportagens e, com isso, de compor contornos ao acontecimento histórico. A partir das observações, discutimos movimentos no tempo como uma dinâmica performática marcada pelos engajamentos com as temporalidades que admitem variações nos modos de narrar o campo de concentração.

Palavras-chave: Campo de Concentração; *Fantástico*; *Jornal Nacional*.

Movements in time in textualizations: Globo's narratives about concentration camps

Abstract:

The concentration camps experienced in Ceará in 1932 are (re)assembled by Rede Globo in reports from 1996, broadcasted by *Fantástico*, and 2019, by *Jornal Nacional*. In addition to the narratives articulated in different contexts, the productions involve different relationships with time. In order to observe these connections, the experiences with the reports were guided by experiments based on textuality studies in order to visualise and discuss the involvements with temporalities that occur in the process of textualizing the reports and, thus, shaping the historical event. Based on these observations, we discuss movements in time as a performative dynamic marked by engagements with temporalities that allow for variations in the ways in which the concentration camps are narrated.

Keywords: Concentration Camp; *Fantástico*; *Jornal Nacional*.

Daniel Macêdo

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: daniel.3macedo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1415-7792>

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 21, n. 2, jul./dez. 2024
ISSNe 1984-6924

Introdução

Em 1932, com a estiagem hídrica, os centros urbanos tornaram-se destinos promissores para sertanejos que abandonaram suas lidas camponesas, mirando nos portos a possibilidade de obterem empregos e de sobreviverem. A presença de migrantes nas ruas das cidades produzia confronto simbólico entre as imagens dos degredados pela fome e as urbanidades que se transformavam sob os ideais de progresso. Em Fortaleza, esse embate já era conhecido desde o século XIX quando, diferentemente de secas anteriores, famílias de *retirantes* começaram a acomodar-se em números elevados pelas ruas da capital, posicionando a seca como um fenômeno urbano.

Em conjunto com a chegada dos períodos secos, ocorriam novos fluxos migratórios. Para livrar os cidadãos de Fortaleza das chagas das misérias que batiam em suas portas, iniciativas públicas de higienização social da urbe foram estabelecidas a partir do isolamento de migrantes com a implementação de campos de concentração. Sob regência da Inspetoria Federal de Obras de Combate à Seca, migrantes foram confinados em unidades descentralizadas ao longo das linhas férreas nos territórios que hoje conhecemos como as cidades do Crato, de Cariús, de Senador Pompeu, de Quixeramobim, de Ipu e de Fortaleza — dois nesta última.

A medida se viabiliza a partir das experiências anteriores implementadas pelo Estado Brasileiro no Ceará durante as secas de 1877 e de 1915 que, em suas reverberações nos processos de controle de migrantes em 1932, têm me interessado pensar como uma necropolítica do confinamento (Macêdo, 2024) enquanto se estrutura processualmente com o tempo uma tecnologia social marcada pela segregação e pela exploração de corpos tidos como indignos de ocuparem os espaços urbanos. Há um conjunto amplo de pesquisas, como as realizadas pelos historiadores Neves (2000) e Rios (2014), que mobilizam descrições sobre as dimensões sociais da vida em clausura, destacando o contato cotidiano com a morte nesses lugares.

Para além do número de mortos, também são imprecisas as composições narrativas que se propõem a esgotar as compreensões sobre o que foram as experiências nestas zonas de confinamento. Cada narrativa, diferentemente de um laudo final sobre o que foram os campos de concentração, testemunha o presente e seus tensionamentos em torno dos modos de lembrar e de esquecer do acontecimento histórico. Esta percepção tem sido fundamental ao longo da pesquisa doutoral; pois, em detrimento da pretensa completude atribuída às explicações sobre o que foram os campos de concentração, importa mirarmos o que eles se tornam a partir das montagens narrativas que os recompõem; pois, com elas, dimensionam-se as disputas em torno das admissões e das recusas à presença do acontecimento. Para isso, reuni uma coleção de textos que se constituem como depoentes não apenas dos ocorridos em 1932; mas, também, das relações deveras singulares com o tempo que perpassam os processos de memória.

É admitindo as disputas sobre os campos de concentração ao serem (re) tomados no presente que as narrativas se constituem sob agências em *movimentos no tempo* e mirá-los nos possibilita conferir as relações temporais que entramam os textos. As narrativas nos permitem ver, para além de sua superfície significativa, as relações com as temporalidades pelas quais tateamos a “multidimensionalidade dos acontecimentos” (Leal, Macêdo, 2024) e observamos as agências que se dão de modos transitórios entre dinâmicas temporais. Deste modo, considerar os movimentos no tempo é um gesto para qualificarmos o que há de relacional com as temporalidades que fundamenta nossos modos de narrar.

Para notarmos os movimentos no tempo, neste trabalho, tomamos duas reportagens: a primeira veiculada no *Fantástico* em 1996 e a segunda no *Jornal Nacional* — JN em 2019. Elas constituem, no âmbito da Rede Globo, produções referenciais pelos contextos em que foram produzidas; sendo, respectivamente,

as reportagens mais antiga e mais recente sobre o caso realizadas pelo telejornalismo dessa rede. Outras reportagens também foram realizadas no âmbito da Rede Globo, especialmente em jornais locais como o *CETv*; contudo, aqui, nos interessam as produções de circulação nacional apresentadas por programas reconhecidos como telejornalísticos. Com tais marcadores, as duas reportagens mencionadas se sobressaltam e, a partir dos diferentes contextos que as constituem, podemos mirar tanto as relações com o tempo que permeiam suas montagens em meio ao presente em que foram textualizadas; quanto os embates sociais pelos quais diferentes modos de conceber o acontecimento são admitidos em um dado espaço-tempo.

Com tais intentos diante dessas reportagens, este trabalho marca-se por uma experimentação metodológica nos estudos em textualidades a partir dos apontamentos de Leal (2022) ao considerar que diferentes elaborações narrativas entramam-se às propriedades constitutivas das relações que as articulam; de modo que essas dimensões relacionais se inscrevem no texto. Cada reportagem, para além de suas afirmações e silenciamentos, deixa ver as tensões que as constituem e as agências de diferentes perfis que se envolvem — com distintos poderes — em sua criação. Isto é, as reportagens também apresentam suas textualidades e, com elas, podemos observar as relações com o tempo que se articulam em meio às dinâmicas para compor uma narrativa jornalística. Para tomar notas das textualidades das reportagens da Rede Globo, empreendi um percurso metodológico discutido com maior fôlego como um processo para “pesquisar (com)textos” (Macêdo, 2025) e que marca-se por três gestos: no primeiro, posicionando as reportagens enquanto textos a fim de deslocá-las da pretensa completude atribuída à criação jornalística e, com isso, observar as parcialidades que as enredam; na segunda, admitindo os envolvimento com as produções a partir das experiências com os audiovisuais e pelas quais podemos realizar anotações intimamente relacionadas às instabilidades do encontro; na terceira, por fim, discutindo as particularidades contextuais que dinamizam a feitura das produções.

A partir das experiências com as reportagens, tomamos notas que, ao longo deste artigo, organizam-se em dois campos: no primeiro, lançamos atenção aos processos de textualização do acontecimento histórico em que a narrativa se monta em conjunto com um produto telejornalístico, valorizando as particularidades das reportagens e de seus contextos; no segundo, discutimos os *movimentos no tempo* que as envolvem e que se tornam sensíveis a partir dos encontros com as reportagens.

Textualizações do *Fantástico* em 1996

Embora de notório conhecimento dos movimentos sociais e das comunidades eucarísticas que realizavam a Caminhada da Seca desde 1982 como rito de memória e de profissão de fé às almas santas dos flagelados, os campos de concentração seguiram velados nas editorias jornalísticas até 1996 e só obtiveram espaço midiático após recorrentes iniciativas populares que demandavam o tombamento do Sítio Arquitetônico de Senador Pompeu. A produção de abaixo-assinado e as intensas mobilizações artísticas para tensionar o Estado por políticas de patrimonialização mobilizaram a reportagem “Sertão do Ceará teve campo de concentração” publicada no *Jornal O Povo* (Araújo, 1996), que não tratava do assunto desde 1932. Por um lado, o texto trata os ocorridos no Ceará como assunto desconhecido aos cearenses; por outro, a reportagem toma as experiências da Alemanha nazista como referente de fácil identificação ao convocar imaginários sobre a “Auschwitz de Senador Pompeu” (Araújo, 1996). A visibilidade dessa produção mobilizou outros agentes a narrarem o caso e, entre eles, está o *Fantástico*.

Naquele ano, o *Fantástico* já se constituía para Fantinatti (2008) como um programa cativo dada sua continuidade nas noites de domingo desde 1973. O formato de uma “revista eletrônica” é, para a autora que dedicou pesquisa à programação da emissora, um diferencial que tensiona as particularidades narrativas que são possíveis nesse programa. O formato adaptativo das impressões semanais ao ambiente televisual posiciona o *Fantástico*, de modo particular, como uma “revista eletrônica de variedades” para Rocha e Aucar (2011), ao notarem que as pautas que nele se oportunizavam já não correspondiam ao noticiário dos acontecimentos como era comum ao telejornalismo brasileiro. Não à toa, em 1996, o programa constituía-se como uma mistura de reportagens de investigação, de curiosidades científicas e de entretenimento. É em meio à cobertura detalhada de casos como a morte dos Mamonas Assassinas, do caso da menina que — aparentemente — chorava lágrimas de cristal e de produções dramatúrgicas a partir da obra de Nelson Rodrigues que, naquele ano, o *Fantástico* delegou pauta aos campos de concentração do Ceará.

O Movimento Cultural 19-22, uma iniciativa popular que reivindicava a patrimonialização do Campo do Patu, adotava a associação entre a experiência cearense e a pregnância das imagens nazistas como estratégia para ampliar a visibilidade do caso. Não por menos, essa associação presente em *O Povo* (Araújo, 1996) também integra a narrativa elaborada pela equipe do *Fantástico* (1996) após viagem à Senador Pompeu para reportar o caso. Tal composição se nota logo nas primeiras imagens da reportagem que, articuladas ao fundo sonoro melancólico, são do Campo de Concentração de Auschwitz ao ser tomado como referente para dizer que “o Brasil também já foi cenário de algo parecido”. A partir da apuração do jornalista Marco Antônio Uchôa, a reportagem de 5 min. é montada por Jennifer Skipp e Paulo Vinhas utilizando imagens de Hugo Sá Peixoto e áudio de Abiatar Arruda para confirmar a existência de zonas de confinamento no país por entender que “o sertão do Ceará esconde uma história amarga de se lembrar”, a qual a reportagem se propõe a desvelar.

A escolha do termo “esconder”, para além do tom de mistério associado aos sertões, denuncia a dificuldade em acessar documentos em acervos e instituições públicas. Na reportagem, o jornalista entrevista Valdecy Alves e Adriano Bezerra que, na qualidade de integrantes do Movimento Cultural 19-22, são questionados sobre a existência de documentos que atestem a existência dos campos e, em resposta, indicam os “documentos vivos”, as experiências encarnadas e acessíveis em testemunhos. A reportagem escuta as perspectivas de Zacarias Carvalho e de Marco Antônio de Moraes, que nos são apresentados como sobreviventes dos currais; de Carmélia Pinheiro, apontada como filha de um guarda do campo e; por fim, de Vilani Moreira, figurada como moradora de Senador Pompeu.

Figura 1: Composições entre corpos e espaços na reportagem do *Fantástico*



Fonte: Acervo de Pesquisa, 2023

Cada testemunho é realizado em lugares diferentes da cidade, admitindo a dualidade entre lembrar e esquecer como uma dinâmica cotidiana em que campos são (re)erguidos independentes de subordinações a um dado espaço ou a uma dada situação: eles são vívidos e tomam forma sempre que alguém se dispõe a narrá-los. Cada narração, nos marcos das proposições de Taylor (2013), emerge em meio às negociações mobilizadas tanto nas tensões entre os agentes a partir de um dado instante, quanto nas memórias pelas quais coexistem diferentes campos de concentração em modos desarmônicos produzindo acontecimentos variantes. Com isto, a reportagem constitui montagens dos campos em que, sob as tensões de 1996, conferem uma proposição ao acontecimento a partir da emergência possível naquele momento histórico.

As partilhas com as testemunhas mobilizam um campo instável, atravessado por negociações simbólicas performadas por agentes de interesses variados — inclusive, dos jornalistas. Admite-se, com a reportagem, as narrativas elencadas por moradores em diferentes níveis de relação com os campos para, com eles, compor uma imagem panorâmica sobre o Campo do Patu. É com as recordações sobre a privação de liberdade que as memórias, entramadas na reportagem sob o jugo do jornalista e dos editores, compõem uma imagem sobre o cotidiano e a vida sensível nos confinamentos cearenses, diferenciando-os de Auschwitz.

Se, por um lado, a reportagem identifica que a experiência narrada por sobreviventes trata-se de um dado encerrado e temporalmente circunscrito ao passado; por outro, aponta que aqueles episódios possuem reverberações e seguem tensionando experiências no presente. A passagem do repórter, por exemplo, toma a Barragem do Patu como cenário e propõe, diante do reservatório, que a desigualdade hídrica ainda é um desafio que atravessa a vida dos mais pobres na região.

Figura 2: Passagem do repórter para o *Fantástico*



Fonte: Acervo de Pesquisa, 2023

Os campos de concentração, na reportagem do *Fantástico*, são sensíveis ao andar pela cidade e interpelar os espaços sobre as histórias que abrigam quando tomamos as diferentes locações onde as pessoas exercitam memórias; contudo, são os arruinamentos que mobilizam o “grupo de ativistas que lutam para transformar os casarões em patrimônio cultural”. A iniciativa por tombamento busca “guardar a memória histórica, preservar a beleza arquitetônica das construções e, ao mesmo tempo, aprender com a história para não repetir erros”, explica Valdecy Alves na reportagem. Confinada à estrutura predial, a proposta de salvaguarda se orienta a compor uma narrativa homogênea e indubitável sobre o caso em detrimento da heterogeneidade criativa dos testemunhos. Isto é, ao proporem “guardar a memória”, demandam a produção de uma estrutura que delimite o que é justo de ser lembrado — e de ser esquecido —, projetando-se ao futuro a partir de uma estabilização do passado por ornamentos de poder.

Enquanto o grupo de ativistas demanda aportes que reconheçam os campos de concentração como marcadores de uma experiência linear do tempo; os moradores e sobreviventes que testemunham seguem elaborando movimentos imprecisos que permitem o devir de campos heterogêneos, instando tramas temporais em meio às contradições do presente. Zacarias, um dos que resistiram ao cerceamento, admite que “aquele sofrimento, enquanto vida eu tiver, eu não esqueço”. Ao narrar, Zacarias nos presenteia com um campo sensível que não cabe nas paredes rígidas dos casarões, mas que se revela em seus dizeres e em sua recusa ao esquecimento.

Textualizações do *Jornal Nacional* em 2019

Em 20 de julho de 2019, em Senador Pompeu, foi instituído o Sítio Histórico do Campo de Concentração do Patu a partir de Decreto Municipal que prevê a salvaguarda do território que envolve os casarões arruinados, a barragem hídrica e a vasta reserva ambiental de fauna e flora. A demarcação patrimonial, como temos pensado (Macêdo, 2024), é um ato narrativo que legitima a perspectiva oficial dos ornamentos de poder do Estado sobre um dado caso e, com isso, aciona outras instituições a também partilharem das demarcações ali propostas.

O reconhecimento histórico por vias patrimoniais mobilizou cobertura jornalística nacional e internacional, posicionando o caso como um dado narrativo de ampla visibilidade. No que diz respeito às produções telejornalísticas de circulação nacional em rede aberta, RedeTV e Rede Globo reservaram espaços em suas programações para pautar o caso. Embora a produção destinada à circulação nacional da Rede Globo se articule a outras produções realizadas pela Tv Verdes Mares e por outros produtos comunicacionais do Sistema Verdes Mares, nos debruçaremos neste trabalho sobre a reportagem realizada para o *Jornal Nacional* — JN e veiculada em 5 de agosto de 2019.

Caracterizado por Fantinatti (2008, p. 31) como um “programa essencialmente de notícias”, a produção ancora os preceitos jornalísticos que orientam as criações da Rede Globo. O JN “não é, definitivamente, o local de experimentação da Rede Globo”, como discute Gomes (2012, p. 54) ao elencar que o programa se firmou como referência sobre os modos de fazer telejornalismo. Trata-se do programa telejornalístico mais antigo ainda em exibição na televisão brasileira que, por sua vez, é aqui tomado a partir das “estabilidades em fluxo” propostas por Gomes (2012) se considerarmos tanto o peso dos referentes que buscam fixar um modo de produzir jornalismo, quanto a possibilidade de mover-se em meio às contradições do momento em que é realizado.

No fluxo de 2019, o JN mantinha lugar cativo na programação da emissora. Seguia contendo as faixas publicitárias mais caras e era iniciado às 20h30 sob comando de William Bonner e de Renata Vasconcelos. A apresentadora introduz a reportagem (*Jornal Nacional*, 2019) e enuncia que “o tombamento de uma construção [...] protegeu a memória de um dos períodos de seca mais dolorosos na história do Brasil”. Ao funcionar como um panorama da produção, a cabeça orienta duas linhas gerais à narrativa: na primeira, aponta a patrimonialização como um processo estabilizador da memória valorando a narrativa oficial do Estado sobre o caso; na segunda, insere o caso na agenda nacional ao posicionar as secas como fenômenos sociais que interpelam o Brasil e, com isto, recusa a ideia de ser algo circunscrito à região nordeste.

A reportagem conduzida por Aline Oliveira possui 2min45s, contém imagens de Nilton Alves e utiliza fotografias creditadas ao Acervo do DNOCS para delimitar a existência de campos de concentração no Brasil que, agora, estão protegidos como patrimônio histórico. A ideia de “proteção” é mobilizada pela reportagem com o sentido de estabilização e, assim, propõe com o ato patrimonial a vocativa de uma memória única sobre as zonas de confinamento e que se fixa sob a leitura institucionalizada do caso.

Para construir essa afirmação, a jornalista entrevista quatro perfis: Dona Alzira, apresentada como aposentada e como filha de um dos coveiros do campo de concentração, a quem memórias encarnadas são retomadas ao circular pelas ruínas; Ruth Martins e Aterlane Martins, legitimados a falar sobre o caso a partir da licença profissional de historiadores; e, por fim, Marília Ribeiro, apontada como estudante que entende o ato patrimonial como uma política que se volta contra o esquecimento.

Figura 3: Composições entre corpos e ruínas na reportagem do *Jornal Nacional*



Fonte: Acervo de Pesquisa, 2023

A inserção das entrevistadas, assim como a passagem realizada pela repórter no sítio histórico, toma os casarões arruinados como ambiência. Em detrimento de outras composições possíveis, a escolha dos cenários fortalece a prerrogativa apresentada na cabeça da reportagem em que as ruínas funcionam como locus intransferível para lembrar sobre os campos ali propostos e para esquecer de outras dimensões memoráveis. Não à toa, o acesso aos casarões arruinados como condição de memória dos campos é, para além dos dizeres da apresentadora, retomado no início da reportagem ao expor a imagem de Dona Alzira entrando em um dos casarões enquanto a locução diz: “visitar o velho casarão do início do século passado enche Dona Alzira de lembranças”.

Figura 4: Passagem da repórter em meio às ruínas na reportagem do *Jornal Nacional*



Fonte: Acervo de Pesquisa, 2023

A reportagem sugere que um mundo de sentidos memoráveis são concebíveis ao caminhar pelos casarões; no entanto, produz contradições ao sugerir que essas são as únicas vias para (re)compor os campos de concentração e que o

Sítio Histórico se reduz às ruínas das construções. Ao centrar afirmação em torno dos casarões, a reportagem nega os outros componentes do sítio histórico e as possibilidades de memórias em outros espaços. Essa opção, alicerçada nas estruturas prediais, é também uma recusa a ouvir e a validar outras perspectivas que coexistem no repertório popular — a exemplo dos ritos de fé nas almas santas dos campos de concentração.

Ao propor que os casarões abrigam a memória dos campos de concentração, a reportagem sugere que estes devem ser lembrados como cenários de morte. “Os campos foram espaços de morte, isso a gente pode ter certeza” é afirmado por Aterlane Martins, apresentado como historiador, ao concluir que as clausuras ali radicadas eram cenas de controle e de genocídio contra pobres. Ruth Martins, por sua vez, explica na reportagem que as pessoas não podiam sair daquele lugar porque, para além de estarem privadas de chegar à capital, não poderiam “delatar... contar os horrores que elas vivenciaram nos campos de concentração”. Na fala de ambos, os campos foram engenharias de extermínio social que se petrificaram nas ruínas e que ali atestam os horrores que, antes proibidos de serem contados, (res) surgem no agora ao serem narrados e “protegidos”.

É dentro do casarão, em experiência mobilizada pela reportagem, que Dona Alzira testemunha os campos naquele espaço arruinado como lugar de “doença, miséria, choro, morte... fome mesmo”. Por um lado, a narrativa delimita as memórias que somos convocados a (re)montar e que estão alicerçadas no Sítio Histórico; por outro, sugere que essas dimensões mortíferas e de cerceamento de liberdades são situações circunscritas a 1932 e que já não coabitam a cidade ao tratá-las como dados distantes, encerrados no passado e que só emergem no campo memorável.

Ao propor os campos sob demarcações de distância temporal, a reportagem angula relações modernas com o tempo, cerceando presenças e alocando-as como experiências passadas. Um bom exemplo está na inserção da fala da estudante Marília Ribeiro, que legitima a importância da política patrimonial como gesto de memória para “evitar isso novamente”, revelando a mirada que angula os campos como dados encerrados que nos são acessíveis apenas como lembretes do passado.

Mobilidades temporais ao narrar

Narrativas são, para Leal (2022), vias para atribuir sentido à vida na medida em que configuramos modos de apreender o mundo. Há, nas reportagens, aspectos fundantes pelos quais os campos de concentração ganham relevo e se fazem presentes ao torná-los partilháveis aos outros que podem, a partir delas, transitar por dimensões simbólicas. Por isso, cabe reiterarmos a intrínseca relação entre o que se narra e quem elabora a narrativa permeado pelas contradições do contexto, mobilizando afetos para conferir a existência de distintos modos de viver, de infinitos mundos em coexistência.

É justo, pois, notar que contornos deveras singulares são propostos aos campos em vias narrativas nas reportagens da Rede Globo e que essas formulações são possíveis como expressões do contexto em que foram textualizadas. Ao afirmar que narrativas entramam-se com memórias, Taylor (2013) admite que elas são fazíveis a partir de “coreografias de sentido” que dissipam a estabilidade aterrada ao tempo, permitindo-o fluidez ao tomar movimentos como um modo de ser do tempo; ao passo em que podemos apreendê-lo como locus transitável e, ao estar nele, efetivarmos movimentos. Aqui, *movimentos no tempo* constituem-se como performances das relações temporais pelas quais se constituem as entramações que realizamos para organizar percepções em construções de sentidos, produzindo textos, montando acontecimentos e firmando estratos temporais.

Temos, como expressão dessas mobilidades, temporalidades que são formuladas com a locomoção de sentidos textualizáveis em cada reportagem e que nos deslocam das premissas de uma memória pacificada para perceber memórias transitórias nas interações conjugadas sob políticas de presença. Se é verdade que as performances constituem memórias e reivindicações políticas, como nos ensina Taylor (2013), interessa pensarmos o memorável proposto com as reportagens como algo fluído e passível de tessituras em razão de quem o mobiliza, voltando-se contra as estabilizações para fluir em vias experienciais que situam textualizações.

Memórias são, nesta mirada, presentificações; se considerarmos o que há de manejável nos tempos que as amparam e de textualizável nas vias para expressá-las como formulações instáveis. Por isso, instabilizar as memórias propostas com as reportagens é um gesto para, a partir das contribuições de Taylor (2013), pensarmos as textualizações que as engendram como enlaces entre *experiências repertoriais e práticas arquivísticas* que se dão de modos particulares em cada produção a partir das vinculações que são possíveis em cada contexto.

Nesse rumo, dois enlaces configuram-se como *movimentos no tempo* que conferem tramas singulares para textualizar as reportagens: o primeiro diz respeito às experiências repertoriais ante o intento de produzir arquivos a partir do *encontro* entre repórter, entrevistadas e espacialidades que, em conjunto, se afetam para (re)erguer os campos a partir das elaborações imprevisíveis nos diálogos e nas partilhas sensíveis; o segundo é realizado nos processos da redação jornalística em meio aos fluxos editoriais que orientam práticas curatoriais à *montagem* da narrativa, confluindo em formatações arquivísticas que consideram experiências repertoriais. A partir dessas locomoções, nos interessa, pois, tecer discussões sobre as *proposições memoráveis* e os *regimes do tempo* que as reportagens articulam.

Movimentos no tempo em encontros

Para pensarmos o primeiro movimento no tempo, permeado pelos encontros, é justo considerar os contextos que mobilizam os textos em discussão. A fluidez permissível em 1996 aciona os campos de concentração sensíveis na experiência urbana. Ali, em ambiências variadas, distintos campos são convocados por diferentes agentes que se propõem a, junto de Marco Uchôa, retomá-los em conformações heterogêneas que, por sua vez, dimensionam o presente como uma arena movediça. Os encontros de 1996 diante de uma história proibida e silenciada pelos ornamentos de poder são deambulações em meio a um presente instável em mobilidades temporais. Logo, podemos nos aproximar de Taylor (2020); pois agentes se abrem ao devir de campos mutáveis em testemunhos que fazem de cada encontro uma dinâmica em potencial ao valorizarmos a possibilidade de fundar proposições memoráveis (in)exploradas, de presenciar campos que coexistem em particularidades sensíveis.

Já em 2019, situados pela redoma de ruínas do Sítio Histórico e orientados pela narrativa patrimonial, os *movimentos no tempo* partilhados entre Aline Oliveira e as entrevistadas se orientam a uma conformação uniforme que sintetiza figuras sobre morte, dor e sofrimento — termos recorrentes nas afirmações — a partir das experiências ali delimitadas. Nisto, os encontros se voltam em esforços de estabilização dos campos de concentração como um dado encerrado a partir de diferentes angulações que partilham perspectivas convergentes e, logo, pacificam as tensões inerentes ao presente. Os encontros aqui possíveis voltam-se em uniformizações da história reconhecida pelos marcos patrimoniais. Nesse caso, o presente é contraposto ao passado para cercar as possibilidades de vida iner-

entes aos campos e para padronizar as formas de lembrar sobre confinamentos. Essa flexão temporal, como observa Assmann (2020, p. 152) ao problematizar as relações modernas com o tempo, é possível em retenções em que políticas de controle estabilizam as conformações do devir não pelas agências dos indivíduos, mas pela força e legitimação das instituições.

Movimentos no tempo nas montagens jornalísticas

Ao mirar as montagens jornalísticas, é preciso evidenciar que ambas as reportagens firmam proposições homogêneas. Ao se proporem reveladoras sobre os campos de concentração, as narrativas reivindicam para si as demarcações de uma composição estável e indubitável em razão dos manejos e dos crivos jornalísticos que as orientam. A operação do tempo é, como nos provoca Assmann (2020, p. 50), um exercício de poder atribuído a instituições sociais legitimadas a este fazer e que descredibilizam outras mobilidades temporais. O jornalismo, em detrimento dos apontamentos de isenção e de neutralidade, figura-se como uma instituição social que maneja testemunhos evocando sentidos memoráveis e, como discute Amor-mino (2023), posiciona-se como um “agente social de memórias” ao incidir nos tensionamentos sobre modos de lembrar e de esquecer dos acontecimentos. Nesse sentido, o percurso regular do jornalismo ao fixar acontecimentos em narrativas pacificadoras nos permite retomar os escritos de Manna (2016, p. 26), que considera ser esta uma condição histórica que situa o jornalismo como um “ser no tempo que vive e padece dos conflitos da diferença” e pelo qual se agenciam relações modernas na delimitação dos casos e das temporalidades.

Como expressão de montagens sob alcunhas jornalísticas, as reportagens em análise produzem coreografias de sentidos que corroboram o que Assmann (2020, p. 38) propõe por “singularização moderna”. Ao homogeneizar a variedade de construtos de sentido sob a alcunha da perspectiva una de um fenômeno histórico, as reportagens operam com testemunhos delimitando os acontecimentos ao legitimarem determinados elementos enquanto de outros se desfaz. Isto é, propõem campos a partir de aspectos de unicidade que, por uma via, depõem os movimentos no tempo exercidos nas práticas jornalísticas e admitem uma composição possível; por outro, negam a pluralidade de perspectivas outras que podem emergir em exercícios narrativos e em experiências outras. Essa é uma postura comum, como observam Leal, Manna e Jácome (2019, p. 71) ao problematizarem a abordagem linear adotada em estudos e em criações historiográficas no jornalismo que estabilizam textos e experiências como “retratos” imóveis e enclausurados.

Proposições memoráveis

Os *movimentos no tempo* que textualizam as reportagens, por um lado, operam testemunhos heterogêneos partilháveis por agentes diversos; por outro, firmam-se como um testemunho homogêneo e legitimado sob a dicção jornalística. Com essas operações, memórias articulam-se como proposições de qualidades distintas a partir das tomadas de posição que lhes são possíveis. Na produção do *Fantástico*, as memórias de 1932 surgem em meio às reverberações do acontecimento alargado nas experiências manejáveis em 1996 — como as devoções em almas santas, as reivindicações por medidas públicas de salvaguarda patrimonial e os conjuramentos dos campos de concentração em práticas cotidianas —, posicionando os campos como tessituras movediças, integrantes do presente e assentidas de serem (re)modeladas. A reportagem do *Jornal Nacional* alicerça a proposição de uma memória sobre 1932 a partir dos apontamentos da narrativa patrimonial promulgada em 2019, situando o caso como uma experiência de um passado distante, sensível ao presente apenas em meio às ruínas que delimitam as diferenças.

A peculiaridade dessas proposições memoráveis nos permite retomar o diálogo com Taylor (2013, p. 134) para valorizarmos as dimensões de “memória cultural”, que enredam os movimentos no tempo realizados na montagem do *Fantástico* ao tomar as experiências corporais como vias de saberes que os inserem na transmissão e na formulação de conhecimentos mnemônicos ao admitir as emergências dos campos no presente, e as redomas de “memória arquivada”, ao delimitar distâncias instituídas por uma lógica que Taylor (2013, p. 49) entende regular-se por instituições sob lógicas estabilizadoras, como faz a reportagem do *Jornal Nacional* ao proferir cisões entre as experiências dos campos e o presente vivenciado.

Em outro rumo, pensando a partir dos *movimentos no tempo* das *montagens jornalísticas*, é possível notar que as concepções modernas que fundamentam as práticas de curadoria das redações jornalísticas elencam a memória arquivada como uma finalidade das reportagens. Ao serem montadas sob intenções homogeneizadoras, a dicção de “preservação” como estabilização dos modos de lembrar posiciona esses textos como valorização dos repertórios dignos a serem figurados; ao passo em que exclui outras experiências sobre ocorridos e inibe outras memórias possíveis de serem afirmadas. Se é justo reconhecer que o presente é uma arena onde erguemos proposições memoráveis a partir das experiências de *movimentos no tempo*, importa questionarmos as relações temporais que as nutrem.

Reverberações de regimes do tempo

Memórias constituem tomadas de posições a partir de experiências temporais e pelas quais Assmann (2020, p. 9) nos convida a compreendê-las como ações possíveis sob um terreno movediço e manipulável em que exercitamos culturas em detrimento das estabilizações às temporalidades. O tempo, para Assmann (2020, p. 10), não é um produto calculável ao passo em que se espalha em formas peculiares a partir das dinâmicas culturais que o mobilizam permitindo, assim, que diferentes regimes do tempo possam ser elaborados e sigam coexistindo em tensões. As *proposições memoráveis*, quando miradas a partir dos *movimentos no tempo* que alicerçam as narrativas, requerem atenção aos *regimes do tempo* entendendo que tanto as embasam, quanto são por elas entremeados e reafirmados.

Os *movimentos no tempo* na reportagem do *Fantástico* integram os campos a um presente configurado em disputas simbólicas entre agentes distintos e, assim, mobilizam o tear em que se dão memórias singulares em que os confinamentos coexistem e estão passíveis de serem acionados a qualquer momento sob superfícies imprecisas. Logo, a montagem narrativa do *Fantástico* assume a integração dos campos nas experiências cotidianas e corrobora regimes culturais do tempo configurado pelas tensões das presenças que podem “reconstituir o passado”, como nos ensina Assmann (2020, p. 172) ao dessubstancializar os acontecimentos e consentir que estão sempre abertos para surgirem de modos imprevisíveis a partir das perspectivas que os conjuram.

Por outro lado, assentada na narrativa oficial do Estado e reverberando-a em argumentos de autoridade, a reportagem do *Jornal Nacional* estabelece mobilidades temporais que delimitam os campos como dados do passado que, estáticos e distensionados, são possíveis ao presente como uma experiência anacrônica. A produção configura distâncias ancoradas no regime moderno do tempo que, ao posicionar passado e presente como grandezas metrificáveis, (re)funda um “tempo universal” que Assmann (2020, p. 47) problematiza por uniformizar culturas.

A *integração* admitida pelo *Fantástico* e o *distanciamento* promovido pelo *JN* mobiliza, aqui, modos distintos de tecer relações temporais que tensionam os modos de propor memórias nas narrativas jornalísticas. Afinal, na medida em que

o primeiro se dá valorizando as experiências que se enredam sob distintos regimes culturais do tempo em que diferentes campos se remontam; o segundo se volta em esforços para controlar o emergir dos campos e a vida que lhes é permitida no presente, ancorando-os como casos concluídos de um passado puro (Assmann, 2020, p. 130) no regime moderno do tempo.

Considerações

Ao pensarmos os *movimentos no tempo* como atos performáticos em que entramos memórias em narrativas, somos intimados a conferir as multiplicidades constituintes ali urgentes para, com elas, abandonar uma explicação única que delinee premissas estabilizadoras aos modos de enredar lembranças e esquecimentos. A (re)tomada de 1932 a partir das contradições evidenciadas pelo *Fantástico* (1996) e pelo *Jornal Nacional* (2019) expõe configurações temporais praticadas no âmbito da Rede Globo e que corroboram possibilidades de distintas memórias aos campos de concentração não apenas em razão das formas dos produtos jornalísticos, mas também por conta das qualidades relacionais com o tempo que mobilizam cada produção. Compreender essas peculiaridades demanda, aqui, considerarmos dois aspectos importantes: as características dos programas e as particularidades do contexto.

A forma associada a uma “revista” e a orientação a discutir “variedades” (Rocha; Aucar, 2011) permitiram ao *Fantástico* maior abertura nas práticas jornalísticas para conferir *movimentos no tempo* em encontros que valorizassem o incontável dos processos memoráveis que instabilizavam o presente; ao passo em que, parte de uma sistemática maior de uma empresa jornalística, retoma preceitos modernos e classificatórios associados ao gênero e à forma textual das montagens jornalísticas que se voltam à estabilização dos acontecimentos. Já no *JN*, postulado como um “referente” (Gomes, 2012) no modo de produzir telejornalismo no Brasil, os movimentos no tempo voltam-se a delimitar os contornos possíveis aos acontecimentos, assumindo uma envergadura de controle das narrativas que é característica do jornalismo moderno.

Em ambos os casos, ainda que as montagens jornalísticas se deem como “estabilizações”, é justo retomar o termo em diálogo com as discussões de Gomes (2012) se valorizarmos o que há nos fluxos que os posicionam em cada contexto. Assim, diferentemente de tomar as estabilizações como um dado comum e contínuo, podemos confrontá-las, considerando o que há de mesmidade e de rupturas a partir das tensões que se dão em cada textualização. Por isso, diante das particularidades do contexto, podemos mirar os embates sociais ocorridos em 1996 por demandas de visibilidade ao caso, em que a política de patrimonialização configurava-se como uma estratégia; e, em 2019, verter as ruínas em Sítio Histórico promove invisibilizações de outras perspectivas aos ocorridos que ali se deram e aos acontecimentos que se dão em outras narrativas. Em ambos os cenários, são os modos de lembrar e de esquecer que se friccionam, admitindo modulações distintas em cada produção.

Considerar as características dos programas e as particularidades do contexto é um gesto para desafixar os textos de possíveis leituras que se encerrem ante um referente histórico comum dos ocorridos em 1932. Afinal, como montagens possíveis em meio às contradições de um dado presente, as reportagens se constituem como testemunhos de suas processualidades que impregnam tanto as *proposições memoráveis*, quanto corroboram diferentes *regimes culturais do tempo* ao nos convocarem — na condição de leitores — a também remontá-los e conferi-los existências.

Ainda quando surgem em distanciamentos, pensar os acontecimentos a partir dos *movimentos no tempo* é manifestar as impurezas que tornam as tem-

poralidades manejáveis, que desaterram o presente de um marcador neutro para tensioná-lo como lugar de negociações entre lembrar e esquecer em que aspectos “do passado e do futuro não são simplesmente opostos [...] mas estão inextricavelmente relacionados um ao outro”, como propõe Assmann (2020, p. 6). Deste modo, os *campos de concentração* não cabem em explicações circunscritas aos ocorridos de 1932 na medida em que são tensionados pelas perspectivas de outros agentes que montam o acontecimento histórico em formas narrativas e que, para isso, praticam *movimentos no tempo*. Cabe, pois, notar as inconstâncias que situam o presente como dimensão cambiante em que tessituras temporais específicas são possíveis como condição de vida, também, no exercício jornalístico. *Movimentos no tempo* são, pois, experiências que demandam um terreno presentificado como locus para conjugar perspectivas, propor memórias e, com isto, compor temporalidades.

Referências

AMORMINO, Luciana. **A memória como gesto:** artesanias temporais em uma cidade-trapeira. Tese (doutorado em Comunicação Social) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2023.

ARAÚJO, Ariadne. Sertão do Ceará teve campo de concentração. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 6 jul. 1996.

ASSMANN, Aleida. **Is time out of joint?** On the rise and fall of the modern time regime. Ithaca: Cornell University Press, 2020.

FANTÁSTICO. **Campos de Concentração em Senador Pompeu**. Canal do Paulo Jeyson - **YouTube**, 1996. Disponível em: [1lnq.com/fantastico](https://www.youtube.com/watch?v=1lnq.com/fantastico). Acesso em: 15 nov. 2023.

FANTINATTI, Maria. **O que se vê na tv: análise do fluxo de programação da Rede Globo**. Tese (doutorado em Comunicação e Semiótica) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOMES, Itania. Estabilidade em fluxo: uma análise cultural do Jornal Nacional da Rede Globo. *In*: GOMES, Itania. **Análise de telejornalismo**: desafios teórico-metodológicos. Salvador: EdUFBA, 2012.

JORNAL NACIONAL. Antigo campo de concentração de retirantes no Ceará é tombado. **Rede Globo**, 5 ago. 2019. Disponível em: [acesse.one/jnacional](https://www.globo.com/jornal-nacional/noticia/antigo-campo-de-concentracao-de-retirantes-no-cesta-da-seara-e-tombado-por-unesco.html). Acesso em: 15 nov. 2023.

LEAL, Bruno. **Introdução às narrativas jornalísticas**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

LEAL, Bruno; MANNA, Nuno; JÁCOME, Phellipy. Movimentos metodológicos em pesquisas do jornalismo: questões temporais e textuais. *In*: MARTINS, B. *et al.* **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

LEAL, Bruno; MACÊDO, Daniel. “Dar fé” à catástrofe cotidiana: a multidimensionalidade dos acontecimentos. **E-Compós**, v. 27, 2024.

MACÊDO, Daniel. Necropolíticas do confinamento: da operacionalização à patrimonialização do Campo de Concentração do Patu, em Senador Pompeu/CE. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 21, n. 2, 2024.

MACÊDO, Daniel. Notas sobre pesquisar (com)textos: textualidades e sensibilidades em performances. *In*: LIMA, Shelton; TIMOTEO, Aquinei. **Metodologias em pesquisas acadêmico-científicas**: subjetividades, afetações e práticas. Rio Branco: Nepan Editora/EdUFAC, 2025.

MANNA, Nuno. **Jornalismo e o espírito intempestivo**: Fantasmas na mediação jornalística da história, na história. Tese (doutorado em Comunicação Social) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016.

NEVES, Frederico. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

RIOS, Kênia. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROCHA, Everardo; AUCAR, Bruna. Fantástico, o show da vida: televisão, convergência e consumo. **Revista ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 43-60, 2011.

TAYLOR, Diana. **¡Presente!** The politics of presence. Durham: Duke University Press, 2020.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: EdUFMG, 2013.